

CEDI - P. I. B.  
DATA 31/12/86  
COD. I4000045

1. A PROPOSTA DO CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA - CTI

O Centro de Trabalho Indigenista, entidade fundada em fevereiro de 1979, é formado por antropólogos, indigenistas, educadores e técnicos em saúde que vêm atuando, há vários anos, junto a algumas populações indígenas do Brasil com o propósito de apoiar a luta que desenvolvem pela sua auto-determinação. O CTI define-se enquanto um grupo de trabalho que se propõe não somente a produzir uma consciência crítica da população não índia frente aos índios, mas fundamentalmente, possibilitar e fomentar a emergência de alternativas concretas que permitam às populações indígenas fazer frente à situação de dominação que caracteriza, historicamente, as relações destas com a sociedade nacional. cremos que a luta pela auto-determinação, por outro lado, não resulta de uma mudança artificial dos estatutos jurídicos-políticos que regulam, no Brasil, as relações brancos/índios (como pretendeu o governo brasileiro com o "projeto de emancipação", hoje arquivado). Essa luta deve ser o resultado de uma conquista, somente eficaz e duradoura se obtida pela ação consciente das próprias populações indígenas.

O pressuposto básico do nosso trabalho reside no reconhecimento de que a resistência que as populações indígenas demonstram, ao longo da história, ao processo imposto <sup>de</sup> "assimilação" ou "integração", tem um valor político que deve ser compreendido e estimulado. Esta recusa à assimilação - a mais das vezes inconsciente - pode ser transformada em uma ação consciente que, partindo da luta pelo domínio efetivo sobre seu território e seus recursos, poderá levar as populações indígenas a modificarem suas relações com a sociedade nacional, impondo aos segmentos desta com os quais interage, as bases de um relacionamento mais simétrico. O nosso envolvimento com as populações indígenas parte dessa possibilidade.

O indigenismo oficial acredita que as populações indígenas possam ser levadas, por meio de um processo de "aculturação" progressiva, à sua "miscigenação" e "integração" total. A nossa proposta é criar uma ação indigenista alternativa a esta. Com este objetivo, temos atuado entre algumas comunidades indígenas através do apoio à agricultura, criação de "cooperativas" indígenas, de programas de alfabetização e da assessoria às lideranças na luta pela defesa de seus direitos.

A. PROJETO KAXINAWÁ

Histórico: os Kaxinawá foram engajados compulsoriamente como mão-de-obra semi-escrava na empresa seringalista e no processo produtivo da borracha no fim do século passado, quando a alta cotação deste produto no mercado exterior incentivou a ocupação do Estado do Acre por migrantes nordestinos. Ao longo destes noventa anos, os Kaxinawá (hoje com uma população de 1.500 Índios) foram obrigados a participar de um processo de produção que dispersou a aldeia tradicional e lhes impôs um novo estilo de vida, além de criar a necessidade de bens industrializados que pouco a pouco foram se tornando indispensáveis.

Em função da modalidade histórica da ocupação das terras no Acre - feita através da exploração dos seringais nativos que cobrem praticamente todo este Estado - a posse de uma determinada área é efetivada e reconhecida por aqueles que detêm em suas mãos os meios, isto é, capital e mão-de-obra, para explorar os seringais, produzir borracha.

Enquanto os seringueiros brancos são engajados na empresa seringalista por meio de um contrato que os obrigam ao trabalho exclusivo de extração do látex e produção de borracha (não lhes sendo permitido por exemplo o cultivo de roças), os Kaxinawá têm o estatuto de posseiros, são considerados pelos brancos como parte da mata. Por este fato, os Kaxinawá sempre participaram da empresa seringalista de uma maneira não rígida ou regidos por um contrato de um outro tipo que os obrigavam a fornecer caça e alimentos de suas roças para os "barracões" dos patrões. Atualmente, em vista do incremento da necessidade de bens industrializados, a produção de borracha adquiriu maior peso para os Kaxinawá.

Objetivos: o objetivo imediato do Movimento Kaxi (que vem sendo

conduzido pelos líderes Kaxi Alfredo Soeiro e Vicente Saboia com o apoio do antropólogo Terri Vale de Aquino desde 1975) consiste na ocupação e posse efetiva do território Kaxinawá, delimitado em 1977, através da ocupação e exploração pelos índios dos seringais que compõem este território.

Até o momento, apenas dois dos seis seringais que compõem o território delimitado se encontram de posse dos índios. Esses seringais foram os primeiros a serem explorados pelos próprios Kaxinawá e representou a primeira conquista do Movimento em 1975. Estes seringais são hoje reconhecidos como "dos índios" pelos patrões que, no entanto, continuam a explorar os outros quatro seringais do território Kaxi, com o concurso da mão-de-obra branca e Kaxinawá.

A intenção do projeto é dar condições para que o Movimento se amplie conquistando os outros quatro seringais, trazendo para dentro do território as famílias Kaxi que se encontram dispersas pelos rios trabalhando para os patrões.

Andamento: em 1975, com o auxílio de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) conseguidos por Terri de Aquino, Alfredo Soeiro conseguiu pela primeira vez dispor de um estoque de mercadorias compradas fora dos barracões dos patrões. Este auxílio deu início ao Movimento Kaxi nos seringais "Fortaleza" e "Sorocaba".

A mecânica do Movimento é, do ponto de vista formal, a mesma da empresa seringalista. O Movimento fornece os instrumentos de trabalho e as mercadorias necessários para o corte e produção da borracha que é debitado na conta de cada trabalhador. Ao final da safra o Kaxi entrega a sua produção ao Movimento que, por sua vez, descuenta os débitos com a borracha entregue. Esta produção é revendida posteriormente em Tarauacá para a renovação dos estoques de mercadorias de "estiva" (sal, munição, querosene, roupas, tecidos, ferramentas, etc...).

Até o ano de 1977 a etapa de comercialização da borracha em Tarauacá não pode ser concretizada, pois os patrões embargaram a produção dos Kaxi alegando dívidas anteriores do Movimento em seus barracões. Uma intensa campanha realizada pela Comissão Pró Índio do Acre e por Terri de Aquino na imprensa local e dos grandes centros do sul do país, chamou a atenção da FUNAI que, ao menos, tem garantido a livre comercialização do produto pelos Kaxi.

Com o auxílio conseguido pelo CTI junto ao Fundo Samuel em 1979 (Cr\$ 100.000,00), o Movimento foi retomado nos seringais "Fortaleza" e "Sorocaba". ~~Notas~~ Com o auxílio de Cr\$ 153.900,00 (Cento e cinquenta e três mil e novecentos cruzeiros) da PPM (transferido do Projeto Krahô pelo CTI), Soeiro e Terri puderam ampliar o Movimento para os seringais "Jardim", "Bonfim" e "Transval". Os responsáveis pelo Movimento nestes seringais receberam as mercadorias necessárias para "colocar" (isto é, abrir roçados, construir casas, limpar as estradas de acesso às seringueiras, etc...) seus parentes no corte da seringa. Com este trabalho está se criando um movimento paralelo ao dos patrões, demonstrando a estes que os Kaxinawã estão ocupando seu território, explorando seus seringais por conta própria.

Nesta fase de ampliação do Movimento é essencial que não falem recursos para a aquisição de mercadorias de modo a impedir que os Kaxinawã voltem a se endividar com os patrões perdendo a autonomia já alcançada.

Responsáveis: os responsáveis diretos pela condução do Projeto Kaxinawã são os líderes do Movimento e o antropólogo Terri Vale de Aquino. O CTI e a CPI-Acre ficarão responsáveis pela divulgação do Movimento Kaxi e pelo apoio logístico do trabalho (levantamento dos recursos financeiros, relatórios e prestações de contas; elaboração dos programas de saúde e alfabetização e formação do pessoal que deve atuar nestes programas).

Continuidade: durante este primeiro ano de aplicação do projeto (setembro de 1979/setembro de 1980), o Movimento Kaxi pode ser ampliado para os seringais "Jardim" e "Bonfim", tendo os "gerentes-aviados" dos "patrões" seringalistas abandonados estes seringais. Um dos objetivos imediatos do Projeto foi atingido. Resta agora garantir essa posse através da continuidade da exploração dos seringais pelo Movimento Kaxi. Outro ponto alcançado foi o atendimento da reivindicação dos Kaxinawá do rio Humaitá para a criação de um posto da Fundação Nacional do Índio neste rio. A presença do órgão oficial de proteção nesta área é esperada como garantia para o reconhecimento, pelos "patrões" e "atravessadores", de que as terras que os Kaxinawá ocupam lhes pertencem. Entretanto, o trabalho principal vem agora: deve-se procurar garantir aos Kaxinawá o controle efetivo sobre seu território e sobre a sua produção de borracha, não permitindo que a FUNAI venha - a exemplo do que acontece em outras áreas - se transformar no novo "patrão". É fundamental, portanto, que o Movimento Kaxi prossiga neste próximo ano na consolidação das suas cooperativas, como meio de garantir o controle e destinação da sua produção conforme as necessidades dos Kaxinawá e não em função das necessidades do mercado externo, como pretende a FUNAI em recente convênio assinado com a Sudhevea (agência governamental de incentivo à produção da borracha) que obrigaria os grupos indígenas do Acre e Amazonas a se transformarem exclusivamente em seringueiros. Os Kaxinawá são tradicionalmente excelentes agricultores e dedicam ainda hoje 60% das suas atividades à agricultura do milho, arroz, da banana, do amendoim e da macaxeira. O seu emprego como produtores de borracha é uma atividade complementar necessária para a aquisição dos bens industrializados hoje indispensáveis à sua sobrevivência.

A significação maior do Movimento Kaxi é ter mostrado que se por um lado é somente através da exploração da borracha que se torna possível a posse efetiva do território, vem, por outro lado, orientando esta atividade de modo a não suplantarem as atividades tradicionais. O montante da produção de borracha dos Kaxinawá é determinado agora de forma realmente autônoma pela comunidade.

ORÇAMENTO KASINAWÁ (a programação para 1981 prevê o incremento do trabalho nas comunidades do rio Humaitã)

I.	Deslocamento para área da equipe de coordenação .....	Cr\$ 300.000,00
II.	Aquisição de um "batelão" com motor de popa para a comunidade do rio Humaitã ....	Cr\$ 180.000,00
III.	Mercadorias de "estiva" (Humaitã e Jordão) .....	Cr\$ 300.000,00
IV.	Instrumentos de trabalho (Humaitã) .....	Cr\$ 120.000,00
V.	Combustível e óleo lubrificante (Humaitã) .....	Cr\$ 100.000,00
VI.	Despesas eventuais .....	<u>Cr\$ 50.000,00</u>
	TOTAL .....	Cr\$ 1.050.000,00

B. PROJETO KRAHÔ

Histórico: os Krahô (população de 700 Índios) mantêm contato permanente com um segmento da população brasileira dedicada à pequena criação de gado que penetrou a região habitada por estes Índios em meados do século XVIII. Até 1941, os Krahô dispunham de um território sem fronteiras definidas, que, apesar de pouco a pouco ocupado pelos regionais e seu gado, permitia que mantivessem sua vida tradicional de caçadores semi-nômades.

Em 1941 foram atacados pelos fazendeiros vizinhos que tinham a intenção de reprimir o roubo e a matança do gado pelos Índios. Além de 25 mortos, todos Índios, o massacre teve uma consequência importante, que alterou a história do contato até então vivida pelos Krahô: a criação do posto do Serviço de Proteção aos Índios (SPI, extinto em 1967) numa área de 320.000 hectares que foi doada pelo Estado de Goiás para o usufruto dos Krahô. Ao se colocarem sob a proteção do posto - o que no momento lhes parecia a única alternativa de sobrevivência - os Krahô aceitaram e reconheceram a sua derrota, perdendo a autonomia que ainda dispunham.

A maioria dos Krahô de hoje acreditam que sem a proteção do posto serão novamente atacados e mortos e, mais ou menos condicionam a sua sobrevivência, como grupo diferenciado da população regional, à presença de um funcionário da FUNAI. Nem mesmo o fato das dezenas de "chefes" - brancos - que passaram pelo posto não lhes concederem senão discursos sobre "O Trabalho", "A Preguiça", "O Atraso", e de demonstrarem, por todos os meios, seu nojo e repugnância aos Índios, alterou a consciência, nascida do massacre, de que viviam por concessão.

Os chefes do posto sempre definiram o "interesse dos Índios" - que deveriam defender - do ponto de vista do branco. Por este ponto de vista,



o Krahô é visto como mão-de-obra potencial que ocupa "improdutivamente" uma terra boa e o que é "melhor" para o Índio é ser branco, reproduzir-se como tal. Esta reprodução deveria ser moldada pelo sistema produtivo dominante: criação extensiva de gado associada a roças de subsistência. Mas o Krahô "caça" o gado, não cria, e somente faz grandes roçados se o clima político interno for favorável. Frustrados nas suas esperanças de fazer dos Krahô "regionais", todos os chefes do posto, depois de algum tempo, acabam deixando os Krahô como sempre estiveram, isto é, na marginalidade de ser Índio, Krahô.

Limitados em território exíguo para as exigências de um grupo semi-nômade e culturalmente adaptado à aridez dos cerrados, os Krahô tiveram de buscar outras alternativas de subsistência que lhes permitissem fazer frente a esta nova situação. Como um grupo ainda caçador, optaram pela venda de arara e outros pássaros e pela prestação de serviços entre os brancos vizinhos para completar - mesmo precariamente - e pela compra, o baixo nível de produção das suas roças e a escassez de caça.

Andamento: uma aldeia Krahô somente produz para dar conta de todas as suas necessidades (de mantimentos, de dinheiro, etc...) se houver um clima político favorável, se as lideranças estiverem suficientemente fortes para agenciar, coletivamente, o trabalho dispendido por cada família elementar na sua subsistência. Em uma situação de escassez relativa, o tempo maior dispendido na subsistência aumenta o peso da família elementar na estrutura global da sociedade Krahô, em detrimento dos grupos rituais, estes sim os responsáveis pela ligação entre as diversas famílias que compõem a aldeia. Nesta situação, o resultado é a dispersão dos grupos familiares para completar sua subsistência (pela mendicância, pequenos serviços nos moradores vizinhos, etc...). É somente criando um nível relativo de abundância (de mantimentos, de dinheiro) que torna-se possível a retomada da vida ritual e a rearticulação dos grupos familiares.

Durante os 20 meses que puderam permanecer com os Krahô (de julho de 1975 a novembro de 1976), os antropólogos Gilberto Azanha e Maria Elisa Ladeira e o indigenista Vincent Carelli procuraram trabalhar no sentido de modificar as relações posto/índios, devolvendo a estes a decisão quanto as medidas que deveriam ser tomadas em seu interesse; foi colocado à disposição das lideranças os recursos necessários para os trabalhos de roça. Disto resultou o fortalecimento das lideranças que, nas duas safras do período, conseguiram agenciar coletivamente os trabalhos de roça. Na primeira safra (75/76), algumas famílias chegaram a vender arroz, que foi comprado pelos executores do projeto e armazenado para servir como semente no plantio do ano seguinte. Neste ano (76/77), os Krahô triplicaram a área cultivada e realizaram todas as etapas do plantio (desde a derrubada da mata) coletivamente, por equipes divididas segundo os grupos rituais, o que não ocorria há vários anos. Depois do afastamento dos antropólogos pela FUNAI, as lideranças perderam a força e a situação nas aldeias regrediu completamente.

Mesmo depois de afastados do trabalho na área, o contato com as lideranças Krahô, principalmente aquelas das aldeias do "Galheiro" e "Santa Cruz", teve prosseguimento. O líder João Canuto esteve por duas vezes em São Paulo, em 1977 e ~~em~~<sup>em</sup>, fins de 1979. Os antropólogos Gilberto Azanha e Maria Elisa Ladeira estiveram por três meses em 1978, quando os líderes das duas aldeias acima citadas propuseram a continuidade do trabalho sem a interferência da FUNAI. Foi quando solicitou-se à PPM um financiamento para um projeto de apoio agrícola para ser desencadeado em junho/julho de 1979.

A FUNAI, no entanto, negou a autorização para a entrada na área Krahô dos antropólogos responsáveis pelo projeto. Diante deste fato, foram até a cidade de Itacajá, próxima à área, para discutir com os líderes das aldeias onde deveria ser levado inicialmente o trabalho o que poderia ser feito, dada as circunstâncias. Depois de 4 dias de reunião, decidiu-se repassar diretamente para as

líderanças indígenas um pequeno auxílio (de Cr\$ 64.000,00) que seria suficiente para dar a cobertura necessária para que fosse feito o plantio das roças individuais já derrubadas. Todo o trabalho de limpeza destas roças assim como o plantio propriamente dito foi feito coletivamente.

Esta atitude de confiança nos líderes teve um efeito político importante, pois pela primeira vez na história recente dos Krahô, alguns de seus líderes dispuseram de dinheiro para desenvolver um trabalho comum para as suas aldeias (pois como parte da subsistência o dinheiro é procurado individualmente e usado do mesmo modo) e, o que é mais importante, sem a mediação dos brancos. Em dezembro passado, o líder João Camuto esteve em São Paulo para apresentar os resultados da aplicação do dinheiro e as prestações de contas. Nesta oportunidade foi discutido também a continuidade do plano e a programação para 1980 ~~(que será apresentado junto com o relatório que os antropólogos responsáveis enviarão à PPM).~~

Tão importante quanto o plantio, foi o fato destes líderes terem visto que seriam capazes de melhorar as condições de vida nas suas aldeias sem dependerem do posto, passando por cima da falta de respeito, da má vontade e da incompetência dos funcionários da FUNAI na área. Estes líderes não esperam mais dos seus "protetores" nenhuma iniciativa; mostraram-se capazes de assumir o destino do seu grupo.

Continuidade: somente este ano foi possível realizar a roça comunitária prevista no Plano. Devido a impossibilidade dos coordenadores do Plano de permanecerem na área Krahô - impedidos pela FUNAI - a estratégia inicial prevista para a realização do trabalho teve que ser alterada. A responsabilidade pela condução dos trabalhos recaiu exclusivamente sobre os líderes das aldeias do Galheiro e Santa Cruz e o esforço destes líderes tornou-se muito maior. Foram colocados problemas inteiramente novos, como por exemplo, em relação a administração do dinheiro.

O modo como foram conduzidos os trabalhos de feitura de roça no ano passado representou um avanço político importante dentro do contexto das aldeias Krahô: o dinheiro foi deixado sob a responsabilidade dos chefes João Canuto e Tephot, que compraram a alimentação e as sementes necessárias para o plantio das roças individuais feito coletivamente. Neste ano (1980), a mesma experiência vai ser levada a efeito na feitura da roça comunitária para a produção de um excedente comercializável.

A dimensão desta roça comunitária será de aproximadamente dois "alqueires" (96 ha.), conforme foi estabelecido pelos índios. Toda a produção desta roça será armazenada na aldeia. Parte dela servirá como semente para o plantio das roças individuais do próximo ano e a restante será comercializada nos meses de setembro/novembro, quando o arroz atinge o melhor preço na região.

Normalmente, guardar este arroz não seria possível, pois a necessidade dos bens industrializados não permite esta "poupança". Mas vender o arroz imediatamente após a colheita é vendê-lo a um preço irrisório, além do que, deixaria os Krahô sem nenhuma reserva nos meses de setembro/novembro, época crítica no atual ciclo de subsistência do grupo (quando, em função do baixo rendimento das suas roças as famílias nucleares abandonam a área para buscar comida e dinheiro empregando-se nos fazendeiros vizinhos). Como a produção da roça comunitária seria ainda pequena, foi proposto aos chefes dos grupos domésticos, então, que anteciparíamos o dinheiro correspondente a produção da roça comunitária, no preço vigente na época da colheita, para os líderes João Canuto e Milton Hapy'hi. Com esta quantia, comprarão as mercadorias necessárias para serem divididas no pátio, de modo a tornar possível realmente reservar boa parte do arroz para a venda.

Para o ano próximo, será preciso realizar a construção dos depósitos para a armazenagem do arroz, previstos no projeto original, e possibilitar a criação de uma infra-estrutura mínima

para auxiliar os Krahô na tarefa de comercialização (construção de pontes, mata-burros e melhorias na estrada - já aberta por eles - que liga as aldeias do Galheiro e Santa Cruz à cidade de Itacajá).

ORÇAMENTO KRAHÔ

I.	Construção dos depósitos .....	Cr\$	100.000,00
II.	Melhoria da estrada e construção das pontes .....	Cr\$	150.000,00
III.	Estimativa para o dinheiro que seria antecipado aos Índios (200 sacos x Cr\$ 500,00) .....	Cr\$	100.000,00
IV.	Viagem dos coordenadores .....	Cr\$	150.000,00
V.	Deslocamento dos Índios (viagens à Brasília, São Paulo e Araguaiana) .....	Cr\$	50.000,00
VI.	Fretes (para comercialização do arroz e compra de mercadorias) .....	Cr\$	100.000,00
VII.	Despesas eventuais .....	<u>Cr\$</u>	<u>50.000,00</u>
	TOTAL .....	Cr\$	700.000,00

d. PROJETO KARIRI (Plano de Apoio aos Kariri da Bahia)

Os Kariri são hoje cerca de 2.000 pessoas vivendo em contato com a sociedade nacional há mais de 300 anos. Estão situados em Mirandela, no município de Ribeira do Pomal (Bahia), zona do sertão, em terras que lhes foram doadas em 1720, mas hoje na sua maior parte ocupadas por não índios. A polarização índios - "civilizados" é bastante forte, sofrendo os primeiros toda a sorte de discriminações e os efeitos de preconceitos nitidamente racistas. A pressão exterior faz com que os Kariri mantenham os laços de solidariedade reforçados em rituais como o torê, ritual este presente em todos os grupos do Nordeste brasileiro e que marca a identidade indígena destes grupos.

O Projeto Kariri propõe um trabalho de desenvolvimento da comunidade que tenha efeitos na população regional, procurando dissolver os estereótipos anti-índio e promovendo uma aliança índios-camponeses na busca de um padrão de vida melhor para ambos.

Uma ferramenta para tal trabalho é a criação de um grupo de apoio, a Comissão Kariri, constituída de entidades simpáticas à causa do índio e que poderiam prestar serviços à comunidade Kariri (agrônomos, médicos, advogados, jornalistas, etc...). Além disto este grupo serviria como instrumento de pressão às autoridades responsáveis pelos índios, defendendo-os através da imprensa, de campanhas, etc... E, em outro nível, a Comissão Kariri poderia prestar o necessário "apoio logístico" às necessidades da comunidade em Salvador (encaminhamento de doentes, venda do artesanato, etc...).

Objetivos: a economia dos Kariri organiza-se em torno de uma agricultura de subsistência, secundariamente voltada para o mercado. Dependem em larga medida, para a satisfação das suas necessidades internas, do seu emprego como força-de-trabalho

nas propriedades vizinhas onde sofrem, por parte dos regionais, todo tipo de restrições (salários inferiores, recusa da sua utilização como mão-de-obra, etc...) que são aceitas por falta de outras alternativas. Isto vem reforçar a relação de dominação-subordinação do "nacional" sobre o "caboclo" (termo depreciativo aplicado aos Índios pelos regionais).

O avanço da sociedade nacional, combinado com as dificuldades do ambiente físico (a caatinga), tem provocado a emergência crescente de um sistema de "salariação" que indica a quebra do vínculo do Kariri à terra - fator garantidor da sua sobrevivência enquanto grupo. A adoção do sistema de "meia" como modalidade mais utilizada para o emprego da sua força-de-trabalho atesta a impossibilidade dos Kariri de explorarem independentemente a sua terra. Fornecem terra e trabalho ao regional em troca do pagamento pela "limpa" da terra cedida, e é com este dinheiro que adquirem as sementes a serem empregadas na terra não reservada à "meia".

O objetivo do Plano é propor alternativas concretas que rompam esta situação e que possibilite um constante fortalecimento do grupo e sua independência política e econômica. Para tanto, será dado apoio às roças de subsistência para permitir que os Kariri gradativamente deixem de se empregar como força-de-trabalho. Para que isto possa ser atingido, as roças de subsistência devem ter sua produtividade aumentada. Neste sentido serão transmitidos conhecimentos de agricultura orgânica e natural envolvendo a elaboração de compostos orgânicos para a regeneração dos solos, o uso de plantas companheiras, o emprego de adubação verde, a diversificação das culturas, e a introdução de ferramentas de tração animal. Serão fornecidas sementes e instrumentos de trabalho e ainda um auxílio em termos de alimentação para que os Kariri possam se dedicar com exclusividade às suas roças. Pretende-se que este trabalho se organize em bases coletivas tornando possível a criação do embrião de uma cooperativa de produção e consumo nos moldes já propostos pelo CTI em outros grupos.



O Plano pretende ainda atuar nas áreas de educação e saúde com a formação de professores Índios e de um material de alfabetização adequado ao grupo; o treinamento de alguns Índios como mecânicos, motoristas, etc...; e a valorização do artesanato, especialmente a cerâmica. Na área da saúde, será dada ênfase na valorização da flora medicinal local e será prestado um atendimento médico através da Comissão Kariri.

Responsáveis: este projeto será administrado pela comunidade Kariri e recriado constantemente segundo suas necessidades e intuição. Os líderes da comunidade serão assessorados pelo indigenista responsável, Omar da Rocha Jr., com a colaboração de Patrícia Munõz, ambos membros do CTI e em contato com os Kariri desde início de 1979. O líder Kariri Lázaro Gonzaga de Souza será o responsável direto pela aplicação do plano.

O Projeto Kariri é o piloto de uma atuação indigenista não oficial mais ampla que pretende atingir outros grupos indígenas da Bahia que vivem em condições similares: os Kaimbé, no município vizinho de Euclides da Cunha; os Pankararé, perto de Paulo Afonso; os Tuxá, em Rodelas no rio São Francisco e os Pataxó no sul do estado, em Porto Seguro. Estes grupos serão visitados periodicamente pelos indigenistas e os próprios Índios, promovendo-se um intercâmbio constante entre eles.

"Então o senhor quer que eu diga as coisas que nós precisa? O que a gente mais que é a demarcação das terras, prá nós sabê que somo dono delas mesmo, e os civilizado também sabê que estão nas nossas terras. Olha aqui o mapa da doação que o El Rei fez para os Índios em mil e setecento. A FUNAI promete que vai demarcá ainda este ano, mas nós não acredita muito na FUNAI, porque já promete isso todo ano. Nós queria que o senhô e os amigos dos Índios de Salvadô cutucasse a FUNAI, falasse no jornal, na televisão, pra ela vi logo demarcá nossas terras. Eu mesmo quero ir a Brasília falá com o presidente, pois só assim eles

faiz, quando sai morte entre Índio e fazendeiro. Isso é o mais que nóis queremos. Essa nossa terra já tá fraca, já não tem mais mata, caça besteira, bem tem mais, antigamente eu alcancei a um viado, mas num tem mais. Nóis queremos que o sinhô ensine direitinho esse negócio de adubação orgânica que o sinhô sempre fala, mas ensine mostrando, que nóis num tem as lêtra, e sô aprendemo vendo. Isto é de grande necessidade pro Índio, que a terra já tá fraca. Queremo muita semente também, que aqui a gente já tem de milho e feijão, nóis queremos de verduras, de arroz, de cereal, e nóis gosta de tudo que é de comê, abôbra, batata, tomate, pepino, melancia. Eu queria umas mudas de eucalípto e daquela árvore bonita (pinheiro), e muda de coqueiro, prá mode embelezá este lugar que é muito triste. Eu queria mucha ferramenta, que nóis são pobre, e nossas ferramentas são tudo veia, machado, facão, foice, enchada, e quiria dois daqueles arados puxados a animã, que nos civilizados por aqui tem. Tratô, a FUNAI quis dá, mas eu num quero ainda não, que aqui num tem quem sabe cuidá. Esses arados são meió da gente trabaia. Nesta questão das doenças, eu acho que tanto remédio que dão prá gente tão é fazendo má pros Índio, que antigamente a gente vivia meió de saúde, tomando os chá daqui da terra. E é umas doenças que ninguém sabe o nome, que os médico não contam prá gente assim, com é que a gente vai se curá? Nóis queremos uns médico que fale o que a gente tem e isprique porquê, e diga as erva que são boa e as qui num são, dessas qui a gente sabe mesmo. É pois. Nóis temo quatro escola aqui, mais as professora vem, fica e vão logo prá terra delas. E o Índio não pode ser professô, porque num tem ginásio. É bem que eu quiria mandá 10 daqui, 4 moça e 6 rapaiz, prá estudá o ginásio em Salvadô, prá depois eles sê os professôr daqui, e aí num vai mais imhora, e os mênino num precisa pará di estudá. Queria qui o sinhô truxesse professô prá ensiná umas arte, pintá nossa cerâmica, coisas que a gente pudesse ganhá um dinheiro sem precisá trabaia pro fazendeiro. Eu queria mandá dois rapaiz prá estagiar numa oficina mecânica (diesel) prá aprendê, e tirá carteira de motorista, que a FUNAI tá prometendo uma C-10 a óleo prá amizade, e num tem quem dirija e conserta quando quebrá. Dois

ou três mês eu acho que dá. Com a C-10, podemo fazê o negócio da cooperativa, com as espricação do sinhô, podemo levã nossas coisas prá Salvadô e vende meió que por aqui, e lá a gente vorta com a C-10 carregada de coisa mais barata que os comerciantes vende. Vamo fazê uma roça comunitária, prá reuni depois um dinheiro prá comprã os produto dos índios que assim num vai precisã vendê pros civilizado barato. Todo índio vai dá um dia de trabalho por mês, e o sinhô já pensô 200 homis juntos, o que num pode fazê? Quero vê civilizado chama índio de preguiçoso e cachaceiro! Essa idêia de vendê os artesanato dos índio em Salvadô é boa, pois aqui ninguém quê dá nada. Agora, eu queria fazê uma casa de reunião prá 300 pessoas, de paia mesmo, mais queria um dinheiro prá compra as rede, cama, mesa, prá receber as pessoa, e o sinhô e os outro amigo quando vem visitã a gente, e prá dançar o torê na festa. Aqui tem umas aldeia muito rica, que o povo sofre prá pegã água. Se disser prá furã uns poço artesiano, lá na Cacimba Sica, outro na Lagoa Sica e outro na Lagoa Grande, que tem água, mas vive dando doença que eu desconfio é a água de lagoa. É, eu acho que é isso que nóis queremos, que esse povo estrangeiro é como pai com fios se o fio acertã, o pai dá mais. E dessa vez, ou os cariri cresce ou acaba de veiz."

ORÇAMENTO KARIRI

I.	<u>Apoio Agrícola -</u>	
	. Ferramentas .....	Cr\$ 80.000,00
	. Sementes .....	Cr\$ 80.000,00
	. Arado de tração animal .....	Cr\$ 150.000,00
	. Programa para adubação verde e orgânica ..	Cr\$ 250.000,00
	SUB-TOTAL .....	<u>Cr\$ 560.000,00</u>
II.	Construção de um barracão (em material regional) .....	Cr\$ 50.000,00
III.	Fretes (na área) e viagens dos membros da comunidade à Salvador e da equipe de coordenação à área .....	Cr\$ 250.000,00
IV.	<u>Apoio Técnico</u>	
	. Viagens e prestação de serviços dos médicos, advogados e agrônomos .....	Cr\$ 150.000,00
V.	<u>Apoio Administrativo</u>	
	. Serviços tipográficos, de reprodução e apoio às atividades da "Comissão Kariri" .....	Cr\$ 100.000,00
	. Aquisição de gravador/cassete, fitas e um mimeógrafo à álcool .....	Cr\$ 50.000,00
	SUB-TOTAL .....	<u>Cr\$ 150.000,00</u>
VI.	<u>Programa de Educação</u>	
	. Material didático .....	Cr\$ 100.000,00
	. Apoio ao programa de formação de professores, mecânicos e motoristas indígenas .....	Cr\$ 200.000,00
	SUB-TOTAL .....	<u>Cr\$ 300.000,00</u>
VII.	Honorários dos coordenadores .....	Cr\$ 480.000,00
	TOTAL .....	<u>Cr\$ 1.940.000,00</u>

- E. PROJETO MAWĒ (Plano para a criação de uma cooperativa para produção e comercialização do guaraná da comunidade MawĒ do rio Marau - Estado do Amazonas)

Informações básicas sobre a nação SaterĒ-MawĒ: antes dos sucessivos confrontos com os "civilizados" os MawĒ habitavam uma região de terra firme, delimitada pelo baixo Tapajós, o Amazonas, e os paranás de Uraria e do Ramos.

Atualmente eles se encontravam encurralados nas margens e cabeceiras dos rios, devido à existência dos latifúndios, em sua maioria guaranazais, à exploração de garimpos de ouro e de madeiras de lei, e porque a FUNAI até hoje não concluiu a demarcação do território físico e cultural que os MawĒ reivindicam como seu.

- Rio Andirá - Município de Barreirinha - AM

Coordenadas aproximadas: 2<sup>o</sup> 50' 00" S  
57<sup>o</sup> 05' 00" W

Aldeias: Ponta Alegre, Araticum, Molongutuba, Simão, Campos, Vila Nova, Prosperidade, Pirêra, Jatuatuba, Santa Cruz, São Raimundo, Aracapuri, Terra Preta, Livramento, Conceição, Firmamento, São Paulo.

População: 3.000 habitantes, aproximadamente.

- Rio Marau - Município de Maués - AM

Coordenadas aproximadas: 3<sup>o</sup> 44' 03" S  
57<sup>o</sup> 30' 00" W

Aldeias: Nova Esperança, São José, Chapéu, Nazarê, Cinco Quílos, Marau Novo, Aldeia do Campo.

População: 1.800 habitantes, aproximadamente.

Histórico: os Sataré-Mawé foram contatados pela primeira vez pelas missões jesuíticas, no ano de 1669, há 309 anos. No entanto, só no ano de 1691, é que apareceram no mapa do Amazonas, de Samuel Fritz. Os jesuítas exerciam o papel de suporte, criando condições que facilitassem a penetração colonizadora portuguesa, e forçando os Mawé a se submeter ao trabalho escravo. Como eles se recusaram a tal, foram comumente castigados, proibidos de comerciar e subjugados pela fome, além de serem obrigados a saírem de suas terras, sobressaltados pelas perseguições que resultavam quase sempre em chacinas.

Todo o século XVIII foi marcado pela fundação de sucessivas missões católicas entre os Mawé. As vilas de Maués e Itaituba foram fundadas com população Mawé.

No começo do século XX todas as aldeias Mawé, exceto uma de um tributário do Tapajós, foram destruídas pelos seringueiros de Itaituba, que se apoderaram de suas terras, com sede de riquezas e mão-de-obra escrava.

Os Mawé foram atingidos pelos vários "ciclos econômicos" da Amazonia, desde a corrida às "drogas do sertão" até o "ciclo da borracha", quando seringueiros e caucheiros, em sua maioria nordestinos fugitivos das secas, tentaram desesperadamente atingir os ricos seringais localizados em terras indígenas. Isso provocou que os Mawé formassem junto com as outras nações, um bloco de resistência aos massacres e expulsões de terras, intransponível à penetração nos rios Madeira, Purús, Tapajós, Maués-Açu, e lagos interiores dessa bacia flúvia, sendo em sobressalto os invasores, que tentavam "ocupar os vazios".

Uma dessas revoltas deixou uma lembrança profunda na memória das populações indígenas, que cansadas do massacre e das humilhações conseguiram, juntamente com as camadas exploradas da Amazonia,

sacudir o silêncio que separa esta região do resto da nação. Foi a CABANAGEM, um período de violenta rebelião, de 1833 até 1839, tendo como personagens os Mawé, Mura, Munduruku, Torá, Parintintim, caboclos contra os senhores que formavam a casta do poder na época. Um ajuste de contas contra o estado de inferioridade a que se viam submetidos os Índios e mestiços.

Desde os primeiros contatos com os colonizadores têm sido atribuídos muitos nomes à esta nação. Assim são chamados Andirazes, Arapim, Maraguazes, Mauguezes, Maoos, Maués, Mawé, Sataré-Mawé. Essa variedade de nomes deve-se às constantes migrações que tiveram que fazer para sobreviverem às insistentes perseguições de que foram vítimas.

Atualmente os Mawé passam por um processo de destribalização de contingentes populacionais de suas aldeias, que migram para pequenas vilas e fazendas do Município de Maués, em busca de trabalho-salário que cubra as necessidades de sobrevivência e "consumo", que os 300 anos de contato com os brancos lhes impuseram. São que, perpetuando o regime de trabalho da Amazonia, na maioria das vezes esses Índios "descidos" acabam trabalhando sem pagamento, em regime escravo, além de ficarem devendo aos comerciantes - "regatões" - as mercadorias que necessitam, formando assim um ciclo irreversível de dependência com os patrões.

Os Mawé que vivem nas aldeias dos rios Andirá e Marau convivem com um processo semelhante aos Mawé destribalizados, porque também são explorados pelos regatões e porque procuram serviços nos guaranazais dos "civilizados" como forma de aumentar suas possibilidades de sobrevivência: alimentação e mobilidade. No entanto, se encontram organizados dentro de cada comunidade, comungando mais profundamente com sua cultura, portanto mais fortalecidos para resistirem à incompetência da FUNAI, ao regime de trabalho escravo na região, à exploração da "troca comercial" feita com os "regatões", às organizações religiosas que lhes catequizam, faz três séculos.

Ultimamente tem se falado no projeto de construção de uma estrada que ligaria Itaituba a Maués cujo traçado proposto corta o território dos Mawé em dois.

A estrada Maués-Itaituba visa, sobretudo, escoar o contrabando de ouro dos garimpos que existem na região; escoar a produção de guaraná, que tende a crescer (latifúndios com extensos guaranazais) devido ao "Boom" do produto nos grandes centros urbanos e trazer o "progresso" que na verdade é a miséria da expansão das fronteiras agro-pastoris no Brasil: as queimadas, posseiros, garimpeiros, migrantes, doenças, "escambos", etc...

A estrada, para os Mawé, significa destruir seus guaranazais, ocupar seu território, trazer-lhes doenças, perseguições e o perigo de deculturação compulsória.

Objetivos: a proposta de cooperativa - A relação dos Mawé com o seu meio ambiente se dá em termos mitológicos e concretamente, através do cultivo e produção do guaraná.

Os Mawé puderam sobreviver aos 300 anos de contato com os colonizadores pelo fato de serem exímios agricultores e comerciantes.

Compreendemos que a estratégia de luta dos Mawé frente ao avanço do Capitalismo tem sido, basicamente, a manutenção de sua tradição agrícola e comercial - a cultura do guaraná - bem como a luta pela demarcação de seu território.

Nas palavras do Tuxãna (chefe) Manoelzinho, da aldeia de Nova Esperança no rio Marau: "Mawé só existe, até porque civilizado precisa de Mawé pra fazer vicejar seu guaraná, senão nós tudo já tinha ficado no sumido..."

O guaraná produzido pelas comunidades Mawé, tem sido comprado por



um preço irrisório, diante do preço do mercado, ou é simplesmente trocado por mercadorias cujo valor é muito inferior ao que ele vale, portanto, a produção mais valiosa dessa nação, está sendo sugada pelos comerciantes da cidade de Maués e pelos regatões.

Fases do cultivo do guaraná: inicia-se o preparo das mudas de novembro a dezembro, fazendo-se o transplante para o local definitivo no ano seguinte no início das chuvas. Nos primeiro e segundo anos pode-se plantar entre as linhas do guaraná, culturas de ciclo curto, como o feijão e o amendoim. O guaraná é uma planta perene, que inicia sua produção aos quatro anos. Nas boas culturas obtêm-se de 1.200 a 1.600 kg.

A produção de guaraná anual dos Mawé corresponde a 3 toneladas.

Fases da produção do guaraná: todas as sementes são descascadas e lavadas; as sementes são torradas num forno de barro; o "guaraná em rama" (torrado) é pilado; ao guaraná pilado adiciona-se água e infusão de raízes, faz-se uma massa que resulta nos "bastões" e "bolas" de guaraná; deixa-se defumado em um "fumeiro" fechado de 2 a 3 meses.

O projeto da cooperativa do guaraná se origina na disposição dos Mawé de se organizarem para garantir sua autonomia e sobrevivência como nação. Desejam organizar a produção, transporte e venda do guaraná automaticamente, ao preço real do mercado, sem intermediários.

Eles pretendem escoar e vender o guaraná conjuntamente para a cidade do Maués, entreposto comercial principal desse produto na Amazonia.

Cumpra reiterar que montando a cooperativa do guaraná, gerida pelos produtores ancestrais do guaraná - os índios Mawé -, essa nação se fortalecerá política e economicamente, acumulando energias para continuar reivindicando à FUNAI a demarcação integral de seu

território, e se manter organizada na luta contra a efetivação do projeto da rodovia Maués-Itaituba.

Os coordenadores do projeto da cooperativa do guaraná dos Mawê, Aurélio Michiles e Sônia da Silva Lorenz, estiveram em campo com os Mawê no ano de 1978, nas aldeias do rio Marau, posteriormente mantendo correspondência para atualizarem-se da problemática e propostas dessa nação, processo este onde os laços de amizade e confiança se aprofundaram.

Nesse sentido os coordenadores do projeto propõem em circunscrever a cooperativa do guaraná, por hora, à região do rio Marau, sem incluir as aldeias do Andirá.

Para a cooperativa do guaraná se efetivar, as comunidades necessitam basicamente de apoio agrícola na cultura do guaraná, e aquelas alternadas à anterior (ferramentas agrícolas e sementes), de mobilidade para escoarem e venderem sua produção (barco, motor e combustível), e de um "fundo perdido" de mercadorias para a sobrevivência das aldeias até a primeira venda da produção pela cooperativa, já que dependem exclusivamente dos preços extorsivos das mercadorias trazidas pelos regatões.

ORÇAMENTO MAWÉ

1.	Viagens para os coordenadores do projeto (SP/Manaus/SP) e para os Índios dentro da região onde se agiliza a produção do guaraná .....	Cr\$ 200.000,00
II.	Apoio agrícola para a cultura do guaraná e culturas de ciclo curto para alimentação .....	Cr\$ 150.000,00
III.	Cooperativas de produção e comercialização do guaraná das comunidades Mawé do Rio Marau:	
	. Despesas administrativas .....	Cr\$ 80.000,00
	. Aquisição de um "batelão" tipo "Paraná" com motor de centro para 2 toneladas .....	Cr\$ 1.70.000,00
	. Motor do centro Diesel .....	Cr\$ 150.000,00
	. Combustível (Diesel) .....	Cr\$ 400.000,00*
	. Mercadorias para a cantina da cooperativa do guaraná (sal, munição, querosene, tecidos, etc...) .....	Cr\$ 500.000,00
	SUB-TOTAL .....	Cr\$ 1.300.000,00
IV.	Honorários dos coordenadores .....	Cr\$ 240.000,00
	TOTAL .....	Cr\$ 1.890.000,00

(\*) Quantia estimada de acordo com o preço do diesel em agosto de 1980.

"PLANO DE APOIO E ASSESSORIA AOS GAVIÃO, SURUÍ, ASSURINI DO  
TROCARÁ E PARAKANÁ DO MÉDIO TOCANTINS - SUL DO PARÁ"  
(vide anexos)

Prevendo a continuidade ao projeto a ser iniciado em outubro/  
novembro de 1980, com o apoio da PPM entre os Índios Suruí - grupo  
de língua Tupi, habitante da região sudeste do Estado do Pará -  
encaminhamos a programação referente ao exercício de 1981, que  
diz respeito, primeiramente, ao acompanhamento dos trabalhos que  
sucedem ao período de safra de castanha.

Será fundamental, agora, assessorar a comunidade indígena quanto  
à aplicação dos recursos que serão obtidos com a comercialização  
da sua produção de castanha-do-Pará. Conforme apontado  
anteriormente, estes recursos serão destinados à implementação dos  
trabalhos de "verão" (época da seca na região), quando se dá  
início ao plantio de novas roças, sobretudo com vistas à  
subsistência (mandioca, milho, arroz, feijão, banana).

Este incremento das roças de subsistências poderá gerar um excedente  
comercializável (principalmente de arroz e milho), que permitirá  
aos Suruí a aquisição dos bens industrializados hoje indispensáveis,  
sem que tenham, para tanto, de oferecer sua mão-de-obra aos  
fazendeiros vizinhos. Além disso, os Suruí pretendem reservar  
ainda algo deste excedente para financiar uma parte das  
atividades pré-safra da castanha do próximo ano (1981/1982).

O Projeto Suruí faz parte de uma ação indigenista mais ampla que  
pretende abranger os grupos indígenas da região do médio rio  
Tocantins, no sul do Pará, que se dedicam, em graus variados, à  
coleta da castanha-do-Pará, explorada comercialmente pelo sistema  
do "barracão" pela própria FUNAI. Este trabalho foi iniciado por  
Iara Ferraz, em 1975 entre os Índios Gavião-Paracatejê que, desde  
1976, passaram a controlar a produção e comercialização da

castanha de forma autônoma, sem a mediação da FUNAI. O Projeto Suruí, a ser iniciado nesta safra de 1980/81, visa a continuidade deste trabalho.

É dentro deste contexto que propomos o levantamento dos grupos Tupi, vizinhos aos Suruí, os Assurini do rio Trocarã e os Parakanã, que, devido a acelerada implantação de vultosos empreendimentos governamentais na região (construção de hidroelétricas, projetos de mineração, etc...), vêm sendo seriamente afetados nas suas condições de sobrevivência. Este levantamento inicial permitirá avaliar a possibilidade de se desenvolver entre estes grupos um trabalho indigenista alternativo, no sentido de assessorá-los diretamente diante das profundas transformações que vêm atravessando.

Os Assurini do rio Trocarã (cerca de 120 pessoas), contados <sup>10-</sup> em meados deste século, tiveram até recentemente o seu território invadido por um grande proprietário da região, que os mantinham submetidos a seu controle, utilizando-os enquanto mão-de-obra para as tarefas de formação de roçados e pastagens. Em julho último, por ação judicial, o proprietário foi obrigado a se retirar do território Assurini, que já se encontrava totalmente demarcado desde 1972. Chegar-se à aldeia por via fluvial, partindo da cidade de Tucuruí (duas horas de viagem de barco a motor).

Quanto aos Parakanã, trata-se de um grupo com contato relativamente recente com a sociedade nacional (1968) e que, com a construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, terá o seu território parcialmente inundado pela represa no rio Tocantins. Serão obrigados (até 1982) a se transferir para uma outra localidade no interior do mesmo território que lhes foi reservado na época do contato e que será ampliado (margem direita do rio Tocantins). Contam atualmente com uma população de aproximadamente 150 pessoas, distribuída em duas aldeias, nas imediações do igarapé da Lontra, cujas cabeceiras são alcançadas pela rodovia Transamazônica (à altura de uma localidade denominada "Entroncamento"), de onde se

caminha cerca de 20 km mata a dentro.

Desta maneira, além de dar continuidade ao projeto já em andamento entre os índios Suruí, a programação para o ano de 1981 estender-se-á a estes dois grupos Tupi do Tocantins, com a realização de levantamentos preliminares a serem efetuados na época da seca, quando a locomoção na região torna-se mais fácil. Os recursos necessários a esta etapa dizem respeito a uma viagem de dois a três meses entre os grupos, a partir de maio ou junho próximos.

ORÇAMENTO SÚRUI\*

I.	Viagens da equipe de coordenação .....	Cr\$ 250.000,00
II.	Apoio agrícola (sementes e ferramentas) .....	Cr\$ 100.000,00
III.	Apoio para a safra de castanha (81/82) .....	Cr\$ 400.000,00
IV.	Honorários dos coordenadores .....	<u>Cr\$ 240.000,00</u>
	TOTAL .....	Cr\$ 990.000,00

---

(\*) ~~Este orçamento está baseado na suposição de que os Súrui poderão contar com o nosso apoio e o da PPM para a realização, de forma autônoma, da safra de castanha deste ano (80/81). Portanto, este orçamento é uma previsão para a continuidade deste trabalho.~~

F. PROJETO KAINGANG

1. Projeto Kaingang de Pêi-Kâr (apoio à agricultura): a. os Kaingang de Pêi-Kâr (que formam hoje 20 famílias), foram juntamente aos demais Kaingang de Nonoai, submetidos ainda no século passado por frentes de comercialização de gado e mesmo pastoris. De início seu engajamento se deu via trabalho compulsório na abertura de caminhos e estradas, que visavam facilitar as atividades criatórias e comerciais em expansão, vindo a seguir serem submetidos pelos próprios fazendeiros como peões, como assalariados na extração da erva-mate e pelo próprio Estado através de um projeto integracionista e assimilacionista via aldeamento.

Gradativamente foram perdendo suas áreas de caça e de coleta, foram reunidos em aldeias permanentes e os "costumes do mato", a "selvageria", permutados por um processo civilizatório. Entendia-se, na época, por civilizar, uma vinculação ao "trabalho sistemático" via intensificação dos cultivos, adestramento militar, educação religiosa, ensino de primeiras letras, noções de operações matemáticas, e de corte e costura. Neste projeto de civilização estava implícito que os indígenas deveriam perfeitamente perder parcelas territoriais, recursos naturais (as matas, os pinhais) e oferecer, ante as necessidades impostas pela nova ordem, sua força de trabalho aos fazendeiros, aos comerciantes de gado, aos ervateiros que se apropriavam de seus territórios.

A presença de uma legislação que de certa forma garantia os territórios indígenas não fora suficiente, pois toda uma ordem econômica e social estava organizada no sentido de torná-la letra morta. Por outro lado, a presença de funcionários destinados a dar "proteção" e a encaminhar os indígenas nesta nova ordem, se constitui num mecanismo acelerador do projeto integracionista, contrariamente ao que, à primeira vista, pode parecer. Esta



presença se caracterizou por um cunho nitidamente repressivo, lesivo aos interesses indígenas, compactuando totalmente com as forças políticas e econômicas que exigiam o "amansamento" dos indígenas. No passado como hoje, a política oficial indigenista deveria assegurar que os indígenas não viriam entravar o "progresso", o "desenvolvimento" da sociedade mais global.

As agressões insistentes, sistemáticas que sofreram, bem como a perda da quase totalidade das terras, levou os indígenas à uma luta ímbar pela garantia do que lhes restava de habitat. No início do século são em parte atendidos e têm uma reserva demarcada. Mas não termina aqui sua luta pois continuam a ser expropriados, espoliados, explorados em sua força de trabalho. Como antes o atendimento feito pelo Estado, a título de proteção, não lhes garante o mínimo para sua sobrevivência.

Em 1941, tem início um novo processo expropriatório, agora oficializado pois é o próprio Estado que usurpa as terras indígenas, Pêi-Kãr passara a fazer parte de uma "reserva florestal" mantida pelo Estado. Apesar de ameaçados e forçados a um deslocamento, estes indígenas resistem, mas sua luta incessante pela preservação de seu habitat reduziu as suas possibilidades produtivas (seguidamente anuladas pela força e os guardas florestais foram utilizados como instrumento); agrava esta situação o próprio "status" de reserva florestal que sua área (de modo inconstitucional) passara a ter, pois impede a expansão das áreas de roçados e anula a possibilidade de continuarem a contar com a caça, a pesca e a coleta.

A resistência que empreendem traz também como consequência a desassistência total por parte dos órgãos oficiais de proteção (serviço de proteção estadual, SPI, FUNAI). A busca de trabalho fora da reserva tem sido um dos mecanismos utilizados pelo grupo no sentido de assegurar sua sobrevivência (a elaboração de cestaria tem contribuído, mas em pequena escala). As instituições de proteção oficial têm concebido Pêi-Kãr como um locus ocupado por

"infratores", pelos que buscam uma fuga ao sistema tutelar, portanto, por insubordinados. É difícil para eles, senão impossível, apreender um outro significado na luta destes Kaingang, seus argumentos, a importância que dão aos pomares implantados por seus avós, ao cemitério próximo que guarda os restos de seus ancestrais, etc..

b. Reveses que sofreram ultimamente (agressões físicas, morais) fizeram renascer uma esperança esmaecida com o tempo, pelas intimidações. Passaram a participar (alguns indígenas) de encontros de indígenas, de encontros com missionários, antropólogos; passaram a denunciar sistematicamente as agressões sofridas, buscaram apoio para suas reivindicações (segurança quanto à terra, necessidade de fortalecimento de seus roçados, visando com isto sustar a busca de trabalho fora). Em inícios de 1979 chegaram a elaborar um projeto, que foi identificado como de "apoio à agricultura", pela antropóloga Lígia T.L. Simonian transcrito e enviado ao FUNDO SAMUEL, que viera financiá-lo. Dentro do que o tempo permitiu (geadas, secas prolongadas) se pode afirmar que os indígenas conseguiram em muito melhorar suas condições de subsistência básica. Alguns itens do projeto não foram cumpridos (por influência do tempo ou de decisões que escapavam à alçada da antropóloga que coordenou o projeto bem como da comunidade) mas os recursos foram utilizados de acordo com redefinições feitas pelos próprios indígenas. Apesar do que fora alcançado, não se pode dizer que os Kaingang de Pêi-Kãr estejam em uma situação que prescindia de apoio. Neste ano conseguiram guardar semente de milho, um pouco de arroz; como praticamente nada colheram de feijão e pretendem começar o plantio de soja, em reunião de 09 de setembro passado delinearão um novo projeto para busca de apoio, de recursos.

O pressuposto básico que orientou o projeto acima referido fora levantado pelos próprios indígenas: - utilização comunitária de determinados instrumentos de trabalho (arado, canga, juntas de boi), a ajuda mútua no trabalho (cada grupo familiar tem direito

a fazer puxirões, oportunidade em que recebe auxílio em trabalho de todos os moradores da aldeia, retribuindo posteriormente), a manipulação coletiva do transporte (caíque); - necessitam cruzar o rio da Várzea para comercializar seus produtos, para adquirir bens industrializados, etc.. Óbvio que impasses foram enfrentados no decorrer do trabalho, mas ante o nível de consciência do grupo, os mesmos podem ser superados, se tiverem um acompanhamento mais próximo e que esteja calcado em profundo respeito aos indígenas como povo e aos seus valores.

c. O novo projeto:

- recursos para aquisição de sementes (soja, feijão),
- recursos para ampliação do pomar existente (quase secular) visando a diversificação do mesmo,
- recursos para os "tratos culturais" relativos a recente plantio de 500 mudas de erva-mate (principalmente para aquisição de venenos contra formigas),
- recursos para aquisição de remédios (são atendidos como indigentes no hospital de Rodeio Bonito),
- recursos para tratamento dos animais (compra de carrapaticida, para cura de bernes, etc...),
- recursos para aquisição de panos para malhar feijão,
- aquisição de uma carroça para transporte.

d. Foi novamente colocada a questão da escola; os mais velhos pretendem que seus filhos estudem. Por várias vezes já os matricularam na Escola Municipal São Pedro do Bocô (localidade rural próxima) mas as constantes cheias do rio da Várzea os impedia de comparecer às aulas (pelo que eram discriminados e acusados de "não interessados"), sendo reprovados por falta de frequência. Diga-se que tal escola deveriam seguir currículos e orientações discriminatórias e que muito distante estavam de sua realidade. Do exposto se pode apreender a urgente necessidade de discussão mais aprofundada com os indígenas sobre o sentido da "educação dos brancos" e, com eles buscar uma solução mais adequada aos seus interesses. Esta observação final pode ser entendida

como uma tarefa a ser desenvolvida pela coordenação do projeto, no decorrer de seu desenvolvimento.

e. Cronograma: o presente projeto deverá ser implantado com o plantio de soja, ainda neste semestre, no mês de outubro, seguido pela aquisição de panos para malha de feijão, este em plantio agora em setembro. Todas as tarefas serão desenvolvidas concomitantemente. Duração: de outubro de 1980 a dezembro de 1981.

f. A responsabilidade deste projeto fica a cargo da antropóloga Ligia T.L. Simonian e do atual capitão da aldeia, Nênuõ. A participação dos demais indígenas acontecerá quando de tomadas de decisões pertinentes ao projeto (seu encaminhamento) e certamente que o conselheiro Karinri deverá desempenhar um papel de destaque neste sentido, bem como o pai do capitão (por ter esta pouca idade - 24 anos), Vitorino Kanherõ.

2. Projeto Kaingang de Iraí: a. Iraí é uma aldeia que se constitui em tempos modernos, isto é, neste século, via processo migratório. Fundamentalmente tensões no interior de reservas indígenas e o desenvolvimento de uma estação de águas com a conseqüente chegada de banhistas ou veranistas, abrindo mercado para a produção artesanal e para a venda de animais "selvagens" domesticados, orientam a migração de Kaingang de Guarita e de Nonoai, que por fim se estabelecem em caráter definitivo em Iraí.

Atualmente esta aldeia conta com cerca de 80 pessoas, mas no verão este número sempre aumenta, pois parentes aportam das reservas próximas, para vender sua produção artesanal. A mesma está situada na "reserva florestal municipal de Iraí", esta separada do centro da cidade por apenas uma rua. O contato dos indígenas com a cidade é cotidiano, e se dá não só via venda de seu artesanato, mas também pela aquisição de alimentação,

escolarização das crianças em escolas públicas ou particulares, busca de atendimento médico no Posto de Saúde ou no hospital da cidade e, eventualmente, na realização de tarefas na construção civil, carregamento e descarregamento de caminhões, corte de lenha, etc... Eventualmente também, e em especial durante os meses de inverno, os indígenas saem da cidade e se deslocam para outros centros urbanos (Santa Maria, Cruz Alta, Porto Alegre) para tentar colocar sua produção artesanal. Ultimamente excursões provenientes do Rio e São Paulo de forma regular têm também consumido parte da produção indígena (cestaria, ventarolas, arcos e flechas, pulseiras, etc.). A matéria prima necessária para a realização de sua produção buscam nas redondezas (taquaras, madeira para os arcos) e os fios de cipó guaimbê compram de colonos de Santa Catarina. Hoje produzem de acordo "com o gosto do veranista e do turista", caso contrário estes não adquirem. A introdução de novos bens como abajurs e cestos para lixo, se deve também às exigências de turistas e veranistas.

A utilização das terras transformadas em reserva florestal é limitada pelo município aos indígenas. Estes dispõem de uma área de aproximadamente 200 m de lado, em forma quadrangular, as residências são construídas de acordo com instruções da Prefeitura Municipal, que até recentemente não abria mão quanto ao estilo, pois feitas de taquara e de forma redonda e cobertas de folhas de palmeiras, se assemelhavam mais "aos padrões indígenas". Mas no momento o Prefeito liberou ao capitão da aldeia, Aristides, a construção de uma casa de madeira, para a qual já está adquirindo o material.

Além da limitação da área os indígenas formalmente não podem retirar da mata circundante matéria prima para seus trabalhos.

b. A liberação por parte da Prefeitura de possibilidade de construção de residências de madeira tem colocado isto como uma possibilidade de luta por parte do grupo. Outra questão que já levantam é quanto à necessidade de legalização das terras, pois

a constituição da "reserva florestal" municipal é posterior à presença dos indígenas na área. Questões podem ser levadas a partir destas constatações: os indígenas devem se organizar em vila (já vivem em casas proximíssimas umas das outras pois a área é muito reduzida - atualmente são 16 casas)? Em caso positivo haveria necessidade de "urbanização" da vila através da instalação de uma bica pública com água potável e da construção de banheiros coletivos e respectivos WCs. As atuais condições de higiene (ante o "aperto" a que estão submetidos) são as mais precárias e têm determinado a presença constante de doenças da pele, desidratação e verminoses?

A questão da educação formal como deve ser encaminhada? No momento os indígenas frequentam as escolas da comunidade, onde muitas vezes são discriminados e seguem um currículo típico oficial. O capitão tem dado solução individual à escolarização de seus filhos, sendo que a mais velha já frequenta o segundo grau. Esta indígena poderia ser utilizada como professora na aldeia, mas o pai quer que ela estude mais, e por isto não a mandou para a escola bilíngue existente em Guarita, pois segundo seu entender viria "ganhar muito pouco". No passado o MOBREAL instalou um posto de alfabetização na aldeia, mas os resultados, como em todo o Brasil, foram simplesmente desastrosos e o mesmo fora fechado.

Uma discussão com o grupo deve ser empreendida sobre o papel da escola, sobre a possibilidade de um próprio indígena assumir a alfabetização e a escolarização das crianças, etc..

Em termos de saúde e de previdência se pode pensar na regularização destes artesões quanto ao INPS (como autônomos?), o que lhes abriria mais opções quanto a tratamentos e atendimento médico-hospitalares além da aposentadoria. Estas questões bem como a da regularização das terras e talvez, a título de indenização por parte do município, que os utiliza como "fonte turística" (conforme prospectos e propaganda da Secretaria do Município

relativa ao Turismo), os indígenas deveriam receber uma outra parcela de terra, nas proximidades, para organizarem roçados coletivos ou individuais, buscando com isto uma melhoria nas suas condições de alimentação, subsistência, portanto, de saúde<sup>(1)</sup>.

c. Cronograma: o trabalho de discussão com os indígenas terá início neste semestre. Temos uma previsão de três viagens de dois dias cada uma para Iraí, com o objetivo de delineamento definitivo do projeto. Este portanto, será entregue oportunamente e a verba necessária terá de ser aprovada a título de suplementação ou como um projeto individualizado mesmo.

d. Todas estas questões aqui colocadas tem por base discussões que mantivemos com indígenas da aldeia no último mês de agosto e agora em setembro (dia 10); nestas duas oportunidades o capitão não estava presente (estava de viagem para Porto Alegre), por este motivo não se pode tomar qualquer decisão. Depois, teve-se a oportunidade de perceber divisões no grupo (de ordem política) o que não aconselharia qualquer decisão na ausência do capitão.

e. A coordenação do projeto ficará a cargo da antropóloga Ligia Simonian e um membro da comunidade deverá ser iniciado para se co-responsabilizar. Provavelmente haverá algum tipo de participação da Prefeitura Municipal<sup>(2)</sup> pois os indígenas colocaram que esta colocaria seus carpinteiros à sua disposição para a construção das residências.

- 
- (1) Os indígenas também mantêm uma horta na pequena área disponível, mas obviamente esta não atende às suas necessidades básicas. Alguns anos atrás recebiam ajuda e orientação das irmãs do Colégio Bom Conselho para a realização da horta. Hoje é a LBA que vem fazendo este trabalho de apoio.
- (2) Por várias vezes, no passado, a Prefeitura tentou remover os indígenas para suas áreas de origem, mas estes Kaingang sempre se recusaram; os indígenas de Nonoai, liderados por Xangrê, que morou por muitos anos em Iraí, fez vários convites ao grupo para que fossem ocupar as casas deixadas pelos posseiros, os pomares, as terras, quando da expulsão em 1978, mas também se recusaram. Familiares da esposa de Xangrê para lá se deslocaram mas já estão de volta à Iraí.

### 3. Projeto levantamento situação real das comunidades indígenas do Rio Grande do Sul

a. Objetivos: a realidade das reservas ou aldeias independentes que se tem visitado nos mostram problemas da maior gravidade, todos, evidentemente, engendrados pelo contato e dominação que sofreram por parte da sociedade brasileira e, aprofundados por uma política e prática protecionista em nada pró-indígena, quer efetivadas pelas mais diversas igrejas que atuam junto aos indígenas, quer efetivadas por órgãos públicos de proteção, enfim, pelos tutores dos indígenas. Um levantamento mais preciso e atualizado desta realidade deve ser feito com urgência, pois em alguns casos, sabemos, é questão de vida ou morte - de sobrevivência física mesma, e requerem uma intervenção imediata. As formas de intervenção deverão ser discutidas oportunamente, pois se persistirem a atual situação do relacionamento da FUNAI com os antropólogos e missionários, alternativas deverão ser buscadas, pois a presença da FUNAI no sul do Brasil é total e tem sido atualizada de modo policialesco e repressor. Qualquer tipo de proposta que emanar deste levantamento deverá ter a concordância in totum por parte das comunidades indígenas, dado que na prática deverão assumir integralmente os projetos e quem sabe, até ficarem com sua coordenação.

Levar ao conhecimento das lideranças locais e respectivas comunidades a existência da UNIND (União das Nações Indígenas), seus objetivos e estatutos, e quando houver condições, instalar núcleos locais ou associar a comunidade à UNIND. As discussões em torno da UNIND devem ser encaminhadas com o objetivo de explicitar aos indígenas da potencialidade da União enquanto um instrumento de barganha e de poder em sua luta pela auto-determinação.

b. As comunidades que deverão ser contatadas com tais objetivos: Inhacorã, Guarita (aldeias Kaingang e aldeias Guarani), Iraí, Rodeio Bonito (Pëi-Kãr), Nonoai (aldeias Kaingang e aldeia Guarani),



Votouro, Guarani, Cacique Doble (aldeias Kaingang e aldeia Guarani),  
Ligeiro, Carreteiro, Tapes (Guarani) e Osório (Guarani); onde não  
há especificação (com exceção de Guarani) são reservas ou aldeias  
Kaingang.

ORÇAMENTO KAINGANG

I.	Viagens do coordenador para as aldeias dos projetos A e B .....	Cr\$ 105.000,00
II.	Apoio agrícola	
	. sementes .....	Cr\$ 250.000,00
	. ampliação do pomar .....	Cr\$ 10.000,00
	. defensivos para a plantação de erva-mate .....	Cr\$ 30.000,00
	. panos para malhar feijão .....	Cr\$ 50.000,00
	. carroça de 4 rodas .....	Cr\$ 45.000,00
	SUB-TOTAL .....	Cr\$ 385.000,00
III.	Atendimento médico e compra de medicamento .....	Cr\$ 105.000,00
IV.	Honorários do coordenador .....	Cr\$ 240.000,00
	TOTAL .....	Cr\$ 835.000,00

Apresentação do Orçamento: Foi devido, em grande parte, ao apoio dado pela PPM aos projetos Krahô e Kaxinawá - seus trabalhos iniciais - que foi possível a existência do CTI.

Neste ano de 1980 o CTI recebeu também o apoio financeiro do "Fundo Samuel", ~~ligado~~ ligado à Igreja Reformada da Holanda. A verba que dispomos pela colaboração desta agência - a título provisório - foi importante para a consolidação do CTI como entidade, cobrindo as despesas para a sua administração e auxiliando alguns dos seus trabalhos.

A maioria dos membros engajados diretamente no trabalho de base ou nos levantamentos sobreviveram, neste período, realizando outros trabalhos, apesar de alguns deles já se dedicarem exclusivamente às atividades do CTI.

O que pretendemos, a partir de 1981, é formalizar este engajamento de modo a permitir a continuidade dos trabalhos, sistematizando-o e tornando-o mais incisivo. ~~Para que isto seja possível, é necessário que os membros do CTI sejam engajados em outros trabalhos, além dos que são realizados pelo CTI.~~

II. ORÇAMENTO GERAL

I. Projetos

. Krahô .....	Cr\$ 700.000,00
. Kasinawã .....	Cr\$ 1.050.000,00
. Suruí .....	Cr\$ 990.000,00
. Kaingang .....	Cr\$ 835.000,00
. Mawê .....	Cr\$ 1.890.000,00
. Kariri .....	Cr\$ 1.940.000,00
. Fundo para projetos de emergência ..	<u>Cr\$ 1.000.000,00</u>
TOTAL .....	Cr\$ 8.405.000,00

II. Viagens

. Despesas de viagens para a participação em reuniões, congressos e outros eventos de interesse para o CTI .....	Cr\$ 100.000,00
. Despesas de viagens para a assessoria aos projetos desenvolvidos pelo CTI e para o atendimento das solicitações de outras comunidades indígenas não incluídas nos projetos .....	Cr\$ 500.000,00
. Despesas de viagens e alimentação dos índios em seus deslocamentos para São Paulo e Brasília .....	<u>Cr\$ 150.000,00</u>
TOTAL .....	Cr\$ 750.000,00

III. Pessoal

. Honorários da equipe de coordenação/assessoria do CTI:	
- Gilberto Azanha .....	Cr\$ 480.000,00
- Maria Elisa Ladeira .....	Cr\$ 480.000,00
- Sylvia Caiuby Novaes .....	Cr\$ 240.000,00
- Vincent Carelli .....	Cr\$ 480.000,00
- Virgínia Valadao .....	Cr\$ 240.000,00
SUB-TOTAL .....	Cr\$ 1.920.000,00
. Complementação de honorários para os coordenadores do Projeto Guarani em anexo:	
- Maria Ines Martins Ladeira .....	Cr\$ 355.000,00
- Lília Valle .....	Cr\$ 355.000,00
SUB-TOTAL .....	Cr\$ 710.000,00
TOTAL .....	Cr\$ 2.630.000,00

IV. Administração

. Aluguel (luz, água, imposto predial)	Cr\$ 120.000,00
. Despesas com correio, xerox, telefonemas, impostos, impressões gráficas .....	Cr\$ 240.000,00
. Material de escritório .....	Cr\$ 60.000,00
. Material de documentação (filmes, fitas K7, reproduções, aquisição de um gravador K7 e de um projetor de slides) .....	Cr\$ 500.000,00
. Serviços de terceiros (datilógrafo, contador, advogado, etc.) .....	Cr\$ 70.000,00
. Fundo para publicações .....	Cr\$ 150.000,00
. Despesas não previstas .....	Cr\$ 50.000,00
TOTAL .....	Cr\$ 1.210.000,00

III. RESUMO DO ORÇAMENTO

I. Projetos .....	Cr\$ 8.405.000,00
II. Viagens .....	Cr\$ 750.000,00
III. Pessoal .....	Cr\$ 2.630.000,00
IV. Administração .....	Cr\$ 1.210.000,00
	-----
TOTAL .....	Cr\$12.995.000,00